



José Gabriel Avila*
jgazores@gmail.com

Palavra de honra!

“A centralidade açoriana traduzida na concentração populacional, empresarial e económica, fortemente ajudada pelas estruturas governativas localizadas nas três ex-capitais distritais continua a ser um fator prejudicial, causador de graves e históricas desavenças.”



1.-Há dias, um jovem trabalhador de um serviço público, interrogado sobre se gostava do que fazia respondeu-me:

-Ó senhor, eu trabalhava numa empresa privada de telecomunicações, já estava no quadro e até ganhava bem, mais do que estou aqui a ganhar. Só que, o meu vencimento base era o salário mínimo. Como decidi casar, dirigi-me a um banco para saber qual o montante de um empréstimo para eu comprar uma habitação própria. Sabe o que aconteceu? O bancário olhou para o meu recibo de vencimento e disse-me: “O seu salário base é o salário mínimo, o resto não é certo e é com esse pouco que o banco conta.” Eu nem queria acreditar no que ouvi – continuou o jovem. Por isso pensei e decidi deixar aquele trabalho e concorrer para aqui, onde o vencimento base é maior. Espero entrar no quadro daqui a uns meses, se tudo correr bem, e já poderei realizar o meu sonho!

Compreendi as razões do simpático trabalhador - bom exemplo de que uma das causas principais do êxodo dos jovens das nossas ilhas, sobretudo das de menor população, é a instabilidade e precariedade laboral.

Cientes destas situações, algumas autarquias integram nos seus quadros trabalhadores de programas ocupacionais, qualificados ou não. De outro modo, aumentaria o crescente número de migrantes e de outras pessoas com futuro sombrio, que termina, normalmente, nas dependências e na pobreza sem retorno.

Contra estes procedimentos estão os “pregadores” do neoliberalismo, do mercado sem regras, os quais, contrariando os dogmas do seu “catecismo” económico, aproveitam-se da pandemia e não se cansam de exigir mais apoios públicos a fundo perdido.

Só espero que a promessa eleitoral do Presidente do Governo, de integrar nos quadros da administração pública os trabalhadores precários seja cumprida.

É tempo de os governantes respeitarem a palavra dada, sinónimo de honra e de “confiança”.

Na minha terra é hábito dizer-se: “Gente do Pico, nem por carta, nem por escrito... basta a palavra.”

Há dias, ouvi o Secretário Regional da Saúde contradizer o manifesto eleitoral do PSD do Pico que prometeu a construção de um novo Centro de Saúde nas Lajes. O atual edifício pertence à Misericórdia e já foi ampliado várias vezes mas não oferece condições satisfatórias ao desempenho dos modernos cuidados de saúde.

Foi esse o motivo que levou os candidatos do PSD a colocarem esse projeto entre as primeiras três prioridades do seu mandato, a par com a ampliação do aeroporto do Pico, a ampliação do porto comercial de São Roque e o reordenamento da respetiva baía.

Não basta afirmar que “o Governo do PSD terá como prioridade o acesso aos cuidados de saúde para os habitantes das ilhas sem hospital”, ou que “nenhum açoriano nem nenhuma ilha pode ficar para trás”². É preciso passar das palavras aos atos.

Só passaram dois meses desde que o programa do Governo foi aprovado. Exigia-se, porém que houvesse um cabal conhecimento das promessas eleitorais feitas e a prudente contenção no discurso político para não se negar compromissos. “O prometido é devido”.

Defraudar as expectativas do eleitorado é a primeira causa da abstenção e desinteresse cívico e agrava a desconsideração que o povo tem pela classe política e pela governança.

Há quem pretenda abafar as suas incapacidades recorrendo a acusações às administrações anteriores. Não é sério justificar o muito que há a fazer e a cumprir com a “herança” de deficiências, incapacidades, incompetências e más decisões. O ciclo governativo anterior terminou com a tomada de posse do atual.

2.-Os açorianos sabem que o próximo futuro vai ser muito difícil, com a agravante de que toda a humanidade foi atingida pela crise.

A História recente ensina-nos que muitas das nossas maiores dificuldades foram ultrapassadas, recor-

rendo à emigração massiva para o Brasil, EUA e Canadá, e à resiliência e tenacidade do povo açoriano.

Nesta nova etapa, para além das promessas eleitorais de incidência local, há problemas mais amplos e intrincados a que temos de dar a maior atenção.

Um deles - repito-o uma vez mais - tem a ver com o declínio demográfico e o envelhecimento populacional. Sendo um tema transversal à Europa e às sociedades desenvolvidas, ele afeta também as “ilhas pequenas”, pelo que se impõe ações corajosas e determinadas para se interromper, rapidamente, a sua desertificação.

Na linha das novas propostas da economia pós-pandémica urge valorizar o mundo rural, o ambiente, a natureza. A melhor forma de combater o despovoamento é fixar as jovens populações às suas terras de origem, onde também se pode exercer atividades de diversa ordem, com recurso ao teletrabalho. A criação de demasiadas centralidades trouxe graves consequências ao tecido social e económico destas ilhas.

Quem está atento às motivações de quem procura o nosso destino turístico sabe, perfeitamente, que é pelos espaços rurais, pelos passeios a pé, pelo contato com a natureza, pelo mar e suas profundezas, pela beleza das paisagens, pela nossa idiossincrasia que somos visitados.

Estes atributos, no entanto, têm de ser acompanhadas de bons cuidados de saúde em todas as ilhas, pela qualidade da restauração, por alojamentos confortáveis, pessoal competente e bem remunerado.

Como atingir esses patamares? Através da educação e do ensino adequados, que incentivem a criatividade, o empreendedorismo e o amor à terra; com medidas de apoio à natalidade e ao investimento privado, com uma rede de transportes aéreos e marítimos de passageiros e mercadorias capaz de estancar a desertificação e de dinamizar a diversificação económica e produtiva de cada ilha, num mercado regional recíproco e solidário, não impulsionado e direcionado apenas para as duas ilhas mais populosas, mas para todas elas.

A centralidade açoriana traduzida na concentração populacional, empresarial e económica, fortemente ajudada pelas estruturas governativas localizadas nas três ex-capitais distritais continua a ser um fator prejudicial, causador de graves e históricas desavenças.

Enquanto assim for, as populações das mais pequenas ilhas não acreditarão num futuro de mais e melhor economia e emprego, melhor saúde e educação, e melhor qualidade de vida.

Com o rolar dos anos, a incredulidade vai-se acumulando e por isso que cada vez mais se ouve dizer: -Votar para quê? São todos iguais!...

1 - J.M.Bolieiro, ilha das Flores, 24set2020, jornallacores9.pt

2 - Idem, 19out2020, tempo de antena PSD-Açores